

TECENDO A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DO BRASIL INFANTIL

Sarah de Lima Mende¹s

RESUMO

Estudar a História das Instituições de Educação Infantil nos permite estabelecer relações com a história da infância e da criança, e compreender as concepções pedagógicas que fundamentam as propostas e práticas educacionais direcionadas para as crianças de zero a seis anos de idade. Ao focar este conjunto de temas temos a possibilidade de compreender parte da História da Educação Infantil no Brasil que nos revela que tanto as creches, jardins de infância ou escolas maternas, constituíram-se como instituições de cuidado e somente, posteriormente, como instituições de ensino. O presente artigo tem por objetivo realizar uma reflexão e, em certa medida, traçar a História das Instituições de Educação Infantil no Brasil, do final do século XIX até o final do século XX, procurando compreender o surgimento dos espaços destinados ao cuidado e a educação da criança pequena. Como procedimento teórico-metodológico adoto o uso de pesquisas bibliográficas com ênfase em autores que se ocupam em descrever e problematizar a História da Educação Infantil. Nesta perspectiva, buscamos compreender a origem das instituições de educação infantil, sejam elas educativas ou não-educativas, partindo do entendimento de infância, criança, das concepções pedagógicas que permeiam há séculos na História da Educação Mundial e Brasileira.

Palavras-chave: Criança, Infância, História da Educação Infantil, Brasil.

ABSTRACT

Studying the History of Early Childhood Education Institutions allows us to establish relations with the history of childhood and children, and understand the pedagogical concepts underlying the proposals and educational practice directed to children from birth to six years old. By focusing on this set of issues we are able to understand part of the Children History of Education in Brazil we found that both nurseries, kindergartens or nursery schools, were constituted as care institutions and only later as educational institutions . This article aims to make a reflection and, to some extent, trace the history of the Early Childhood Education Institutions in Brazil, the late nineteenth century to the late twentieth century, trying to understand the emergence of spaces for the care and education the young child. The theoretical-methodological procedure adopt the use of library research with emphasis on authors who deal in describing and discuss the history of early childhood education. In this perspective, we understand the origin of early childhood institutions, whether educational or non-educational, starting from childhood understanding, child, the pedagogical concepts that permeate for centuries in the history of World and Brazilian Education.

Keywords: Child, Childhood, History of Early Childhood Education, Brazil.

¹ Mestranda em Educação-UFRN. E-mail: sarah1co13@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Segundo Kuhlmann (1998), a história das instituições de educação infantil estabelecem uma estreita relação com questões que se referem a história da infância, da sociedade, da família, do trabalho, da urbanização, entre outras dimensões. Inúmeros estudos destinados à história da infância, da criança e da educação infantil nos mostram a amplitude dessas concepções que se relacionam com várias vertentes, como a história da assistência, história da família e da pedagogia. Deste modo, entender a fundação das instituições de educação infantil, é entender a infância, a criança, as concepções pedagógicas que perpetuaram durante os séculos na História Mundial e Brasileira, se entrelaçando nas diversas esferas destinadas ao estudo da criança.

O presente artigo foi desenvolvido a partir do recorte da minha monografia de conclusão do Curso de Pedagogia da UFRN, que está em fase de conclusão, onde busco resgatar e traçar alguns aspectos históricos das instituições de educação infantil no Município de Natal durante o século XX. Para esse artigo, objetivo refletir sobre a História das Instituições de Educação Infantil no Brasil, no final do século XIX até o final do século XX, procurando compreender o surgimento desses espaços destinado ao cuidado e educação da criança pequena, a partir de uma revisão bibliográfica. Faço essa opção porque penso que estudar a história das Instituições de Educação Infantil nos possibilita visualizar a influência das leis governamentais, das concepções de criança e infância, presentes em tais instituições e compreender a construção desses espaços educativo ou não-educativos.

Ao estudarmos a história das instituições de educação infantil observamos as relações estabelecidas com a história da infância e da criança e as concepções pedagógicas que fundamentam as propostas e práticas educacionais direcionadas para as crianças de zero a seis anos de idade. Ao focar este conjunto de temas temos a possibilidade de compreender parte da História da Educação Infantil no Brasil que nos revela que tanto as creches, jardins de infância ou escolas maternas, constituíram-se como instituições de cuidado e somente, posteriormente, como instituições de ensino..

Diversas causas e concepções influenciaram o surgimento das instituições pré-escolares (creches, escolas maternas, jardins de infância) no Brasil. Para melhor compreender essa diversidade, é preciso discorrer sobre a presença das instituições assistencialistas, os interesses empresariais e jurídicos destinados à infância, as ações médico/higienista, além das propostas pedagógicas e religiosas para a construção das instituições infantis. Pois a história não ocorre através de fatos isolados e nem de forma linear, mas através de sucessão de

acontecimentos que se entrelaçam formando a história. Assim como assegura Kuhlmann (1998)

[...] a história das instituições pré-escolares não é uma sucessão de fatos que se somam, mas a interação de tempos, influências e temas, em que o período de elaboração da proposta educacional assistencialista se integra aos outros tempos da história dos homens. (KUHLMANN, 1998, p. 77)

A modificação na concepção de infância, a nova estrutura familiar, o trabalho feminino e as questões econômicas são fortes aspectos para a história das instituições de educação infantil no mundo e no Brasil. Entretanto, a história da educação infantil no Brasil, apesar de ter acompanhado o processo evolutivo da educação infantil mundial, possui suas características próprias. Não podemos generalizar acreditando que essa evolução ocorreu da mesma forma na Europa e em nosso país.

A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Ao contrário do que aconteceu na Europa, no Brasil até o século XIX, praticamente não existiam instituições destinadas à educação da criança. Como vivíamos num meio rural ainda era muito forte a concepção de quem deveria cuidar e educar seus filhos eram as mães. Oliveira (2007, p. 91) afirma que “no meio rural, onde residia a maior parte da população do país na época, famílias de fazendeiros assumiam o cuidado das inúmeras crianças órfãs ou abandonadas, geralmente frutos da exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco”. Contudo esta prática não acontecia na zona urbana, às crianças abandonadas pelas suas mães eram encaminhadas para a “roda dos expostos” existentes em algumas cidades do Brasil, datada do século XVIII.

A Roda dos Expostos marca a história das instituições de assistência a infância. Tal roda surgiu no período Colonial, pela Santa Casa de Misericórdia, em Salvador logo após no Rio de Janeiro, durando em alguns cantos até a República. Nesse espaço atendia-se a bebês abandonados pelas mães solteiras que buscavam esconder a desonra de esperar um filho ilegítimo, ou famílias de condições precárias. No Brasil, em 1862, encontram-se relatos das rodas dos expostos na Santa Casa de Misericórdia de Salvador, assistindo à infância nas instituições de caráter assistenciais.

Segundo Rizzini e Rizzini (2004, p. 23 apud. Marcilio: 1997b, p.52) “No século XVIII, Salvador, Rio de Janeiro e Recife instalaram as suas Casas de Expostos, que recebiam

bebês deixados na Roda, mantendo no anonimato o autor ou a autora do abandono. Até o século XIX, outras dez Rodas dos Expostos surgiram no país, tendo o sistema persistido até meados do século XX”. O surgimento desses espaços de acolhimentos, das Rodas dos Expostos foi de grande importância para a sociedade, uma vez que nesses locais evitou-se que bebês fossem abandonados na rua, a espera da morte.

O deslocamento da mulher do local de moradia para o local de trabalho gerou novos conflitos para a estrutura familiar tradicional que acreditava no papel da mãe para educar os filhos. Para solucionar o problema gerado pela entrada da mulher no mercado fabril, uma vez que não caberia mais a mãe educar e cuidar dos filhos, medidas emergenciais foram tomadas como a proposta de mulheres que cuidariam dessas crianças em troca de dinheiro. Essas “criadeiras” foram denominadas como as “fazedoras de anjos”, pois devido às condições precárias de higiene, muitas das crianças morriam.

Após a abolição da escravatura cresce a migração para a zona urbana, este movimento gera condições para o surgimento das grandes cidades e posteriormente o desenvolvimento da cultura e tecnologia. Contudo, ao abolir os escravos novos problemas são gerados para a sociedade, pois o que aconteceria com os filhos da escravidão? Não existiam espaços reservados para o cuidado dessas crianças e os pais não tinham condições de educá-los, assim, muitas dessas crianças eram abandonadas. Não podemos deixar de falar da forte influência da proclamação da República para a elaboração de iniciativas destinadas a proteção à infância. Neste período são criadas entidades de amparo à criança, ou seja, as creches, asilos e internatos, objetivando o combate ao alto índice de mortalidade infantil e assegurar o cuidado das crianças pobres.

É fato que o primeiro olhar estabelecido pela sociedade para as instituições de assistência a infância era carregado de preconceitos já que tais instituições eram apenas lugares de crianças pobres e carentes marcados pelo cuidado com o corpo, saúde e alimentação. De acordo com Kuhlmann (1998) apesar de haver esse sentimento em relação às crianças pobres,

[...] a creche, para as crianças de zero a três anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças. (KUHLMANN, 1998, p. 78)

As primeiras propostas de instituições pré-escolares no Brasil ocorreram no ano de 1889, quando foi fundado a primeira Instituição de Proteção e Assistência à Infância, localizado no Rio de Janeiro. Ela foi pioneira na pré-escola brasileira. Neste mesmo ano, foi inaugurada a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ), criada para acolher os filhos de operários. Os primeiros espaços destinados para o cuidado das crianças pequenas foram criados com uma visão de prestação de serviços, ou seja, um ato de caridade como afirma Oliveira (2007)

[...] embora a necessidade de ajuda ao cuidado dos filhos pequenos estivesse ligada a uma situação produzida pelo próprio sistema econômico, tal ajuda não foi reconhecida como um dever social, mas continuou a ser apresentada como um favor prestado, um ato de caridade de certas pessoas ou grupos. (OLIVEIRA, 2007, p. 95)

Contudo, há registro anterior a essa data da presença de locais reservados para o atendimento da criança. Em janeiro de 1879, no Rio de Janeiro, o jornal chamado *A mãe de Família*, divulgou a presença de creches em nosso país. O artigo publicado no jornal, intitulado *A Creche*, relatava uma peculiaridade da creche popular, pois diferente das creches implantadas na França e demais países europeus, para o cuidado dos filhos das mães operárias, no Brasil ela teria sido fundada para o acolhimento dos filhos das domésticas. Uma das principais preocupações demonstradas no artigo eram devido a Lei do Ventre Livre, pois de acordo com tal lei os filhos das mulheres escravas nasceriam livres, assim as mães escravas colocavam seus filhos nas creches para serem educadas e cuidadas. Mas para as donas de casa da sociedade burguesa essa educação destinada para os filhos das escravas acabou virando uma preocupação, como relata Vinelli (1881) (apud KUHLMANN, 1998, p. 80):

Que tarefa não é a de educar o filho de uma escrava, um ente de uma condição nova que a lei teve de constituir sob a condição de ingênuo! Que grave responsabilidade não assumimos conservando em nosso lar, junto de nossos filhos, essas criaturinhas que hoje embalamos descuidosas, para amanhã vê-las talvez convertidas em inimigos da nossa tranquilidade, e quiçá mesmo da nossa honra.

Porém na segunda metade do século XIX, as instituições de educação infantil começam a serem difundidas no âmbito internacional. As novas idéias educacionais advindas

das teorias de Froebel ganham espaço pelo mundo e chegaram ao Brasil com entusiasmo. Em nosso país são criados os primeiros jardins-de-infância privados no ano de 1875 no rio de Janeiro e anos depois, em 1877 em São Paulo. Posteriormente, foram fundados os jardins-de-infância públicos destinados para a elite social brasileira, os quais possuíam um programa pedagógico para o desenvolvimento educativo das crianças.



FIGURA 1 - Orquestra do jardim-de-infância Caetano de Campos, São Paulo, por volta de 1900

Fonte: Foto do acervo da EEPSPG Caetano de Campos

Essas instituições pré-escolares de iniciativa privada tiveram uma maior preocupação com o desenvolvimento escolar das crianças pequenas. A alta sociedade buscava diferenciá-las, dos asilos e creches das classes pobres, a partir de propostas pedagógicas, como foi dito a priori os jardins de infância fundamentados em Froebel. Nessa época foram fundadas algumas escolas privadas pré-escolares no Brasil. Como veremos a seguir:

[...] o setor privado da educação pré-escolar, voltado para as elites, com os jardins-de-infância, de orientação froebeliana, teve como principais expoentes, no Rio de Janeiro, o do Colégio Menezes Vieira, fundado em 1875; e em São Paulo, o da Escola Americana, de 1877. No setor público, o jardim-de-infância anexo à escola normal Caetano de Campos, de 1896, (...), atendia aos filhos da burguesia paulistana”. (KUHLMANN, 1998, p. 82)

Essa dupla visão de uma educação para a classe rica e a pobre vai perpetuar durante muito tempo na educação brasileira. Onde era defendida uma educação compensatória e assistencialista para as classes menos favorecidas e propostas educativas para o desenvolvimento de aprendizagens escolares para as crianças pequenas da alta sociedade. Assim como revela Oliveira (2007)

Enquanto Rui Barbosa considerava o jardim-de-infância como a primeira etapa do ensino primário e apresentou, em 1882, um projeto de reforma da instrução no país, distinguindo salas de asilo, escolas infantis e jardins-de-infância, observava-se, outrossim, o fortalecimento de um movimento de proteção à infância, que partia de uma visão preconceituosa sobre o pobreza, defendendo um atendimento caracterizado como dádiva aos menos favorecidos. (OLIVEIRA, 2007, pg. 93)

Essa visão assistencialista na educação infantil marca o início do século XX, momento registrado pela fundação das primeiras instituições pré-escolares com caráter assistencialista no Brasil. Aqui diferentemente dos países europeus, foram fundadas em primeira instância as creches e posteriormente os jardins-de-infância. Contudo estas instituições assistencialistas destinadas para o atendimento educacional dos filhos da classe operária brasileira, não era considerada um direito dos trabalhadores, mas uma “dádiva” dos filantropos, reforçando a imposição hierárquica da classe dominante na educação. De acordo com Kuhlmann (1998)

A recomendação da criação de creches junto às indústrias ocorria com freqüência nos congressos que abordaram a assistência à infância. Era uma medida defendida no quadro da necessidade de criação de uma regulamentação das relações de trabalho, particularmente quanto ao trabalho feminino. (KUHLMANN, 1998, p. 82)

Outras instituições também foram fundadas nas décadas seguintes, como o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) em 1899, a Associação das Damas da Assistência à Infância fundada em 1908, com a finalidade de servir como apoio a IPAI, ambas na cidade do Rio de Janeiro.



FIGURA 2² - Concurso de robustez infantil, Rio de Janeiro, 1907

Fonte: Arquivos de Assistência à Infância, IPAI, 1907

Na cidade do Rio de Janeiro, datado em 1908, foi inaugurada a creche Sra. Alfredo Pinto, atendendo os filhos das mães domésticas. Segundo Kuhlmann (1998)

O IPAI dividia os seus serviços em puericultura intra-uterina – ginecologia, proteção à mulher grávida pobre, higiene da prenhez, assistência ao parto em domicílio, assistência ao recém-nascido – e extra-uterina – que incluía o programa Gota de Leite (distribuição de leite), creche, consulta de lactantes, higiene da primeira idade, exame e atestação das amas-de-leite, exame das

² (Concurso de robustez infantil: “os 19 rechonchudos concorrentes”, 14/07/1907, data de aniversário do IPAI-RJ (AAI, v.5, n.9, set. 1907, p.56)

mães que pedem leite esterilizado para seus filhos, e vacinação. (KUHLMANN, 1998, p. 84)

Observamos que nessa época há uma maior propagação de instituições sociais nas áreas da saúde, família e educação, ocasionadas devido à elaboração das leis governamentais destinadas à infância, no início do século XX. Podemos citar como exemplo dessas medidas e leis elaboradas para assistir as crianças carentes, a fundação de Patronatos. Estes objetivavam na fundação de creches e jardins-de-infância, proporcionando “aos menores pobres recursos para o aproveitamento do ensino público primário; inculcar no espírito das famílias pobres os preciosos resultados da instrução; auxiliar os Juizes de Órfãos no amparo e proteção aos menores materialmente e moralmente abandonados; promover a proibição das vendas por menores *na escola perniciosa das ruas*; (...) promove a assistência dos detentos menores; (...).(KUHLMANN, 1998, pg. 93)



FIGURA 3³ - Asilo de Menores Abandonados, Rio de Janeiro, 1907

Fonte: Arquivos de Assistência à Infância, IPAI, 1907.

A década de 20 foi marcada pela presença das reivindicações trabalhistas da classe operária de imigrantes no Brasil. Estes movimentos buscavam melhoria de salário, das longas jornadas de trabalho, entre outras, a existência de locais para a guarda de seus filhos durante o trabalho. Para conter esses movimentos operários os empresários fundaram “*vilas operárias, clubes esportivos e também algumas creches e escolas maternais para os filhos dos operários em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais*”. (OLIVEIRA, 2007, p. 96) Contudo, essas manifestações não foram limitadas somente aos donos das indústrias, mas

³ Asilo de Menores Abandonados, criado pelo chefe da polícia carioca, Alfredo Pinto Viera de Mello, em 1907, para o abrigo de crianças recolhidas nas ruas do Rio de Janeiro. Administrado pela polícia até 1915, quando foi integrado ao Patronato de Menores (particular), devido à má administração. As penas disciplinares infligidas aos *menores* eram “excessivas e desumanas”, segundo relato de Ataulpho de Paiva, em *Justiça e assistência*, 1916. Passou, então, a ter a denominação de “Casa de Preservação”. (RIZZINI e RIZZINI, pg.19, 2004).

foram direcionadas para os órgãos governamentais, no qual o Estado deveria assumir a responsabilidade pela criação de creches, escolas maternas e parques infantis.



FIGURA 4 - Escola Maternal Vila Maria Zélia, criada por Jorge Street para atender a filhos de operários, São Paulo, 1918

FONTE: foto cedida pelo LABRIMP-USP

Em meio a essas lutas trabalhistas, ocorreu no Rio de Janeiro, em 1922, o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Oliveira (2007, p. 97) nos mostra que nesse congresso foram discutidos temas “como a educação moral e higiênica e o aprimoramento da raça, com ênfase no papel da mulher como cuidadora”. Em decorrência dessas discussões surgem “as primeiras regulamentações do atendimento de crianças pequenas em escolas maternas e jardins-de-infância”. Segundo Oliveira (2007, p. 94) “Levantamentos realizados em 1921 e 1924 apontavam um crescimento de 15 para 47 creches e de 15 para 42 jardins-de-infância em todo país”. (Kuhlmann Jr., 2000, p.481 apud Oliveira, 2007, p.94)

Mas apesar desses avanços no cuidado das crianças, existia um sentimento controverso na sociedade brasileira em relação a essas instituições. Algumas pessoas acreditavam que era a obrigação da mãe educar seus filhos na primeira infância, já outras defendiam a fundação de creches para as mães trabalhadoras, entendendo que esse seria um *mal necessário* para as famílias. De acordo com Kuhlmann (1998)

[...] se a proposta de constituição das creches foi objeto de controvérsias, a afirmação da sua necessidade pressupunha que essas instituições poderiam colaborar para conciliar a contradição entre o papel materno defendido e as condições de vida da mulher pobre e trabalhadora, embora esta não deixasse de ser responsabilizada por sua situação. (KUHLMANN, 1998, pg. 87)

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela presença médico sanitária na educação infantil. Com o avanço da industrialização e a urbanização das cidades brasileiras, os centros urbanos não dispunham de uma infra-estrutura adequada que suportasse esses avanços. Essa defasagem do saneamento básico, condições de moradias, entre outros

fatores, causou sérios problemas para a população, inclusive na proliferação de epidemias. Neste contexto eram necessárias iniciações paliativas, como a fundação de creches, para amenizar o efeito nocivo dessa urbanização. Assim como define Oliveira (2007) “A creche seria um desses paliativos, na visão de sanitaristas preocupados com as condições de vida da população operária, ou seja, com a preservação e reprodução da mão-de-obra, que geralmente habitava ambientes insalubres”. É neste período que a educação sofre grande influencia de movimentos sanitaristas criados para a proteção à infância.

Essas concepções vão dominar as entidades de assistência à infância. Maria Vittoria P. Civiletti (1988, p.99 apud KUHLMANN, 1998, p. 87) afirma que as creches teriam sido implantadas pelos médicos, aliados às mulheres burguesas, nos interesses do movimento higienista e visando ao atendimento às trabalhadoras domésticas. Entretanto, não havia apenas esses movimentos de puericulturas, mas foram desenvolvidos estudos da psicologia infantil e de métodos pedagógicos o qual influenciaram na fundação das instituições de educação infantil. Assim, diversas concepções influenciaram na elaboração de políticas para a assistência à infância, podemos citar, a médico-higienista, a jurídico-policial e a religiosa.

Deste modo, essas novas instituições não eram totalmente consideradas um mal necessário, pois elas sustentavam diversos saberes, como por exemplo, o jurídico, médico e religioso, constituindo-se um pilar para a política de assistência à infância. Assim como afirma Kuhlmann (1998) “cada saber apresentava as suas justificativas para a implantação de creches, asilos ou jardins-de-infância, e seus agentes promoveram a constituição de associações assistenciais privadas”.

O movimento escolanovista trouxe para a educação um novo pensamento educacional. Porém, mais uma vez as inovações pedagógicas só seriam destinadas para os jardins-de-infância, local onde estudavam os filhos da elite brasileira. Os parques infantis, ambiente onde freqüentava as crianças das classes populares, continuaram com propostas de trabalhos educacionais diferenciados do que havia sido proposto pelos escolanovistas. Neste contexto, foram criados novos jardins-de-infância e curso de formação de professores, voltado para o atendimento das classes burguesas.

Na década de 40, a educação das crianças pequenas foi dominada pelas práticas higienistas, a puericultura e a presença de entidades filantrópicas nesses espaços, pois o atendimento dessas crianças não era vinculado a educação, mas a saúde para o combate da mortalidade infantil. Devido aos graves problemas de saúde ocasionados pelas péssimas condições sanitárias nos centros urbanos, foram tomadas iniciativas governamentais na área

da saúde, previdência e assistência para sancionar essas questões. Deste modo, as creches foram criadas para evitar epidemias, como afirma Oliveira (2007)

Entendidas como “mal necessário”, as creches eram planejadas como instituição de saúde, com rotinas de triagem, lactário, pessoal auxiliar de enfermagem, preocupação com a higiene do ambiente físico. Por trás disso, buscava-se regular todos os atos da vida, particularmente dos membros das camadas populares. (OLIVEIRA, 2007, p. 100)

As poucas creches que foram criadas fora das indústrias eram instituições filantrópicas, criadas até meados da década de 50, com o passar dos tempos passaram a receber uma ajuda do governo para desenvolver seus trabalhos, além das quantias que recebiam das famílias ricas como espécie de “caridade”. Essas creches possuíam um caráter assistencialistas-protetoral, como define Oliveira (2007) “A preocupação era alimentar, cuidar da higiene e da segurança física, sendo pouco valorizado um trabalho orientado à educação e ao desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças”. Essa preocupação com o cuidado do corpo vai perpetuar por décadas nas instituições de educação infantil. Além dessa visão pelo cultivo da saúde em crianças pequenas algumas instituições foram criadas como forma de prevenção da criminalidade. Existia uma preocupação na sociedade em evitar a marginalidade de crianças e adolescentes carentes. Para combater esses problemas, em 1942 foi criada a “Casa da Criança”, pelo Departamento Nacional da Criança.

Em suma, o avanço das ciências e movimentos progressistas marcam a segunda metade do século XIX e o início do século XX. As instituições destinadas ao cuidado das crianças, no princípio tinham um caráter paternalista, depois assumindo uma postura mais severa diante da população carente. Neste período as concepções assistencialistas identificam as crianças pobres como meninos de rua, influenciando nosso olhar para a infância abandonada.

Após a segunda metade do século XX, cresce a participação das mulheres no mercado de trabalho ocasionado pelo avanço da urbanização e industrialização no Brasil. Mulheres que trabalhavam em comércios, funcionárias públicas, operárias e trabalhadoras domésticas, passam a procurar com maior intensidade as creches e parques infantis que atendiam as crianças em período integral.

No ano de 1961, há no âmbito educacional, uma grande mudança para a educação infantil, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61) o qual propunha a inclusão dos jardins-de-infância no sistema de ensino:

Art. 23 – “A educação pré-primária destina-se aos menores de até 7 anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância”. Art. 24 – “As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com poderes públicos, instituições de educação pré-primária”. (OLIVEIRA, 2007, p. 102)

A educação infantil na década de 60, período dos governos militares, continuou com sua característica assistencialista, como foi dito anteriormente, uma educação destinada às crianças carentes para assistir suas necessidades físicas e biológicas. Neste período, as políticas governamentais incentivavam programas emergenciais para entidades filantrópicas, assistenciais ou de iniciativas comunitárias, onde mães cuidavam de turmas com mais de cem crianças na pré-escola.

A educação na infância passa a ter um caráter compensatório, de princípio pensa-se em suprir nas necessidades orgânicas, como alimentação, o cuidado com o corpo, posteriormente, essa compensação passa a ser considerada pelas carências culturais, pois se acreditava que o fracasso escolar estava vinculado a “pobreza”, ou seja, as crianças tinham um rendimento mais baixo por serem “carentes de cultura”. Assim, a educação infantil compensaria essas carências, para que quando as crianças ingressassem no ensino fundamental seu rendimento fosse maior, desta forma, a educação infantil começa a ser vista como uma fase preparatória para a escolarização posterior. Oliveira (2007) define bem esse pensamento desenvolvido na década de 70,

Segundo essa perspectiva compensatória, o atendimento às crianças dessas camadas em instituições como creches, parques infantis e pré-escolas possibilitaria a superação das condições sociais a que estavam sujeitas, mesmo sem a alteração das estruturas sociais geradoras daqueles problemas. (OLIVEIRA, 2007, p. 109)

Essa nova visão caba influenciando as propostas de trabalhos elaborados nas creches e pré-escolas que atendiam as crianças das classes menos favorecidas. Estas propostas iam desde a estimulação precoce ou trabalho com a alfabetização, tendo como suporte a educação tecnicista desenvolvida na época, o qual acaba influenciando os trabalhos educativos proporcionados nos parques infantis e escolas maternas. Essa educação era considerada uma “educação sistematizada”, uma educação que viesse a preparar o aluno para o ensino fundamental.

Já nos jardins-de-infância essa educação era pensada de uma forma diferente. A criança não estava na instituição apenas para ser cuidada, assistida, mas para desenvolver novas aprendizagens escolares. Devido ao aumento da demanda da mulher de classe média no mercado de trabalho há um crescimento no número de creches e pré-escolas particulares. Essas instituições preocupavam-se com o desenvolvimento intelectual das crianças, propondo um trabalho educativo voltado para os aspectos cognitivo, emocionais e sociais da criança.

No nosso país, os avanços ocasionados na educação infantil sofreram um lento processo de melhoria até a década de 70. Ela se dividia em dois setores, os das crianças pequenas que eram vinculadas aos sistemas educacionais, e os bebês, o qual a educação cabia aos órgãos da saúde e de assistência. De acordo com Kuhlmann (2000)

[...] é durante o regime militar, que tantos prejuízos trouxe para a sociedade e para a educação brasileira, que se inicia esta nova fase, que terá seus marcos de consolidação nas definições da Constituição de 1988 e na tardia Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. A legislação nacional passa a reconhecer que as creches e pré-escolas, para crianças de 0 a 6 anos, são parte do sistema educacional, primeira etapa da educação básica. (KUHLMANN, 2000, pg. 6)

É visível como essas mudanças ocorridas nas instituições de educação infantil não acontecem de uma forma harmoniosa. Existia na sociedade brasileira uma concepção diferente destinada as crianças das classes ricas e das classes pobre. Como afirma Oliveira, 2007

Enquanto discursos compensatórios ou assistencialistas continuavam dominantes no trabalho nos parques que atendiam filhos de operários e nas creches que cuidavam das crianças de famílias de baixa renda, propostas de desenvolvimento afetivo e cognitivo para as crianças eram adotadas pelos jardins-de-infância onde eram educadas as crianças de classe média. (OLIVEIRA, 2007, p. 110)

Ao chegar à década de 70 a demanda da pré-escola já havia aumentado de forma significativa, o qual gerou o incentivo ao processo de municipalização da educação pré-escolar pública. Nesta época cerca de 460 mil matrículas já tinham sido realizadas nas pré-escolas em todo o país. Mesmo com este avanço, em meio ao governo militar eram travadas disputas entre as entidades assistencialistas com cunho privativo, os quais atendiam as pré-escolas, e as de nível municipal, que atendiam as creches e pré-escolas com função educativa. Segundo Oliveira (2007, pg.111) “A referida pressão da demanda por pré-escola e os polêmicos debates acerca de sua natureza – assistencial versus educativa –, na segunda metade dos anos 70, dinamizaram as decisões na área”.

Diversos fatores sociais, como as lutas pelos direitos da educação pré-escolar, os novos estudos na área da psicologia e da educação, que revelavam a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento infantil, acabam por proporcionar algumas mudanças no pensamento pedagógico dessas instituições. Alguns trabalhos exercidos, por exemplo, nos parques infantis passaram a assumir um caráter pedagógico, possibilitando um trabalho com atividades sistematizadas. É válido destacar que mesmo havendo esse avanço na preocupação com uma educação para a infância ainda era muito forte a presença da luta contra a desnutrição, a saúde, o cuidado com o corpo.

Em meio a esse dualismo existente na pré-escola entre o sistema assistencialista e o educacional, é criado em 1977 o Projeto Casulo, tendo por objetivo orientar, segundo Oliveira (2007, p.112) “monitoras com formação no então segundo grau de ensino para coordenarem atividades educacionais que conviviam com medidas de combate à desnutrição”. Este projeto foi implantado pela Legião Brasileira de Assistência, em prol da liberação das mães para o mercado de trabalho, atendeu no ano de 1981 cerca de 300 mil crianças, em períodos de quatro ou oito horas diárias, já em 1983 foram atendidas 600 mil. Para o autor Kuhlmann (2000)

O Projeto Casulo “tratava-se de evitar que os pobres morressem de fome, ou que vivessem em promiscuidade, assim como o seu ingresso na vida marginal, como dizia Ulisses Gonçalves Ferreira, supervisor do Projeto Casulo da LBA, de 1978 a 80: *Antes de pensarmos em padrão de atendimento, nós temos que oportunizar a todas as crianças brasileiras o atendimento às suas necessidades mais permanentes, às suas necessidades físicas.* (VIEIRA, 1986, p.272 apud KUHLMANN, 2000, p. 9)

Na década de 80 a educação pré-escolar, ou seja, a educação que antecedia a escolarização obrigatória, estende-se as crianças de 0 a 6 anos de idade. Foi neste contexto que começasse a pensar numa educação infantil como direito da criança, como afirma Kuhlmann (2000), “as instituições de educação infantil precisariam transitar de um direito da família ou da mãe para se tornarem um direito da criança”. A luta pelos direitos educacionais, assim como as creches e dos profissionais dessas instituições, segundo o autor é uma luta travada na educação infantil a partir de “uma construção social e histórica”.

As constantes reivindicações da população feminina em busca de espaços de atendimento a criança, para que as mesmas pudessem trabalhar fora do lar em prol do sustento da família, gerou novas pressões na sociedade, na exigência de creches como um *direito do trabalhador e dever do Estado*. Como resultados dessas lutas surgem novos centros, há um

aumento no número de creches, sendo elas vinculadas a administração pública ou particular. É válido destacar que as creches particulares eram conveniadas com o governo municipal, estadual ou federal. Junqueira Filho (2004) define que

Nos anos 70 e boa parte dos anos 80, a Educação Infantil (que a partir dos desdobramentos da Constituição Federal de 1988 e da LDB 9.394/96 passa a ser entendida oficialmente como o atendimento simultâneo, complementar e indissociável de cuidado e educação de crianças de 0 a 3 anos – em creches – e de 4 a 6 anos – em pré-escolas) – tinha como função social apenas o cuidado das crianças, na medida em que não era considerada escola, portanto, isenta de educação. (JUNQUEIRA FILHO, 2004, p. 108)

Mas, mesmo após a elaboração da Constituição de 1988, que definia a educação infantil como parte do processo educativo do ser humano, afirma Oliveira que (2007)

[...] a insuficiência do número de crianças atendidas nas creches pressionava o poder público a incentivar outras iniciativas de atendimento à criança pequena. Eram as “mães crecheiras”, os “lares vicinais”, “creches domiciliares” ou “creches lares”, programas assistenciais de baixo custo estruturados com a utilização de recursos comunitários, tal como ocorria em muitos países do chamado Terceiro Mundo. (OLIVEIRA, 2007, p. 114)

Somente na década de 90 que a Educação Infantil começa a desenvolver sua identidade, ela passa a ser reconhecida como um lugar de educação, um local onde as crianças aprendem conteúdos e novos conhecimentos. A concepção de educação infantil começa a ser pensada com um caráter pedagógico, aquilo é necessário para trabalhar com a criança na escola. Há também uma mudança referente ao olhar estabelecido a criança que passa a ser vista de como um ser ativo no processo de aprendizagem ganhando um papel na educação. Após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990) há no atendimento institucional à criança diversas mudanças nas suas concepções, contudo, ainda na atualidade é possível observar idéias e práticas construídas historicamente.

Atualmente, de acordo com Kuhlmann (2000, p. 7) “a incorporação das creches aos sistemas educacionais não necessariamente tem proporcionado a superação da concepção educacional assistencialista. A falta de verbas para a educação infantil tem até estimulado novas divisões, por idades: apenas os pequenos, de 0 a 3 anos, frequentariam as creches; e os maiores, de 4 a 6, seriam usuários de pré-escolas”.

REFERÊNCIAS

JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. Seleção e articulação de conteúdos em educação infantil no Brasil: da negação a busca da produção de sentido. In.: **Revista Ciências e Letras**, n. 36, p. 105-127, jul./dez. 2004

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre, Mediação, 1998.

KUHLMANN JR., Moysés. **História da Educação Brasileira**. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/ago, nº 14, 2000.

KUHLMANN JR, Moysés e FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: MONARCHA, Carlos (org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. – (Coleção Contemporânea)

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. 2ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**. Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.